

ATIVIDADES PERÍODO PANDEMIA CEJA BC E UDS

PROFESSOR: MÁRCIO ANTONIO SILVA DE PONTES DISCIPLINA: HISTÓRIA
TURMA: 84/87/460/448 SEMANA DE 13/07/2020 a 17/07/2020

NOME DO ALUNO DATA DE DEVOLUÇÃO.....
ERA VARGAS

Contexto Histórico

Até 1930 a política no Brasil era conduzida pelas oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, por meio de eleições fraudulentas e que mantinham o país sob um regime econômico agroexportador.

As elites paulista e mineira alternavam a presidência da República elegendo candidatos que defendiam seus interesses. Este sistema político ficou conhecido como "política do café com leite" ou política dos governadores.

O modelo funcionou até os demais estados brasileiros crescerem em importância e reivindicarem mais espaço no cenário político brasileiro.

Por outro lado, a Crise de 1929, atingiu a economia brasileira, provocando desemprego e dificuldades financeiras.

O fato do Brasil ser um país de monocultura cafeeira fez que a crise fosse profunda, pois as exportações do produto caíram vertiginosamente. A crise econômica contribuiu para o clima de insatisfação popular com o governo de Washington Luís.

Igualmente, havia o descontentamento de oficiais de baixa patente do exército, os quais desejavam derrubar as oligarquias e instaurar uma nova ordem no Brasil.

Devemos lembrar que os tenentes já haviam mostrado seu desagrado com a situação política brasileira através de episódios como a Revolta do Forte de Copacabana ou na Revolta Paulista de 1924.

Eleições Presidenciais de 1930

No início de 1929, Washington Luís nomeou o presidente de São Paulo, Júlio Prestes, como seu sucessor. Esta medida foi apoiada por presidentes de 17 províncias.

A indicação de Júlio Prestes rompia com a alternância de poderes entre Minas e São Paulo, por isso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, não deram suporte à Prestes.

Charge mostrando Getúlio Vargas derrubando Júlio Prestes da cadeira presidencial

Estas províncias se aliaram aos políticos de oposição e criaram a Aliança Liberal. Desta maneira, os candidatos desta agrupação foram o presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas e, para vice, o presidente da Paraíba, João Pessoa.

Tudo parecia indicar a vitória de Júlio Prestes e assim aconteceu. Nas eleições realizadas em março de 1930, Júlio Prestes foi eleito com grande maioria de votos (1.091.709), contra 742.794 de Getúlio Vargas.

Diante dos resultados, a Aliança Liberal alegou fraude e rejeitou a validade das eleições.

Assassinato de João Pessoa

Pouco tempo depois, em julho de 1930, João Pessoa foi assassinado pelo advogado João Dantas (1888-1930) em Recife.

Acredita-se que o crime tenha ocorrido por razões pessoais e ligadas à política paraibana, mas a morte do candidato a vice-presidente transformou-se numa questão nacional.

Notícia da morte de João Pessoa do Jornal do Brasil, em 27 de julho de 1930

A indignação toma conta do país. Mesmo sem apoio, o presidente Washington Luís não pretendia renunciar ao poder.

Assim, em 3 de outubro os militares liderados por Getúlio Vargas, no sul, e Juarez Távora (1898-1975), no norte, convergem para o Rio de Janeiro.

Ao chegarem na capital, forma-se a Junta Governativa, pelos três ministros militares Tasso Fragoso, Mena Barreto e Isaías de Noronha.

Diante dos militares, Washington Luís declara que só sairia do cargo preso ou morto. Imediatamente, a Junta Governativa o prende e o leva ao Forte Copacabana, onde permaneceria até novembro e dali partiria para o exílio na Europa.

Com isso, Getúlio Vargas tornou-se chefe do Governo Provisório com amplos poderes, revogando a constituição de 1891 e governando por decretos. Da mesma forma, nomeou seus aliados para interventores (governadores) das províncias brasileiras.

Vargas toma o poder no Rio de Janeiro, amarra seu cavalo no Obelisco na Rio Branco, símbolo do poder no Brasil.

A **Era Vargas** corresponde ao período em que Getúlio Vargas (1882-1954) governou o Brasil em três momentos:

1. **Governo Provisório:** 1930-1934
2. **Governo Constitucional:** 1934-1937
3. **Estado Novo:** 1937-1945

Governo Provisório (1930-1934)

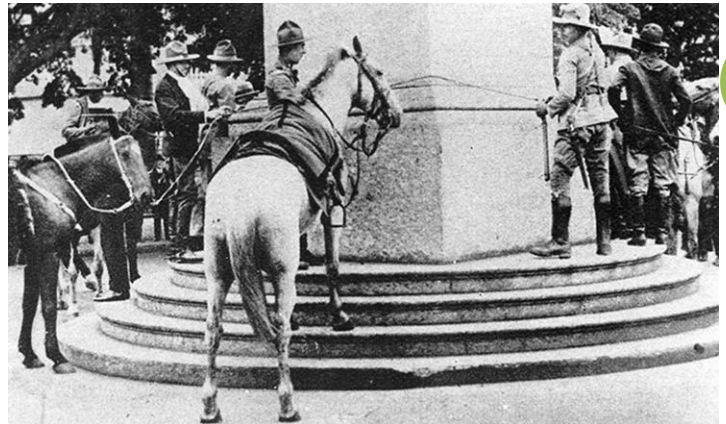
O Governo Provisório caracterizou-se pelo início do processo de centralização do poder, pela eliminação dos órgãos legislativos em níveis federal, estadual e municipal e ausência de eleições.

Também foram criados novos ministérios como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde, ambos em 1930.

Estas medidas, somadas à nomeação de interventores estaduais, provocaram o descontentamento de vários estados. Em particular, o estado de São Paulo, que pegou em armas contra Getúlio Vargas, num levante conhecido como a Revolução Constitucionalista.

Após a Revolução Constitucionalista de 1932, Getúlio Vargas teve que promover eleições legislativas e convocar a Assembleia Constituinte para elaborar uma nova Carta Magna em 1934 (Constituição).

Nesta, havia importantes mudanças políticas, como o voto feminino, estabeleceu o ensino primário gratuito e obrigatório, e criou a Justiça do Trabalho.



2#5



As diferentes fases do governo Vargas, segundo o cartunista Belmonte (Benedito Carneiro Bastos Barreto)

Governo Constitucional (1934-1937)

Durante o Governo Constitucional ocorre a Revolta Comunista, conhecida como Intentona, em oposição ao governo.

O Partido Comunista Brasileiro estava ilegal desde 1927 e muitos de seus membros participaram da ANL (Aliança Nacional Libertadora). No entanto, esta também seria extinta e vários dos seus membros foram perseguidos.

Alguns setores do PCB e da ANL tentam tomar o poder através das armas e então, tentam articular a Intentona Comunista, de 1935, dirigida por Luís Carlos Prestes (1898-1990). O golpe não se concretiza e a repressão foi feroz, incluindo torturas e prisões ilegais por parte da polícia política chefiada por Filinto Müller (1900-1973).

Dois anos mais tarde, em 1937, Getúlio Vargas alega que existia outra tentativa de golpe comunista, conhecida como Plano Cohen. Este será o pretexto para o fechamento do Congresso, cancelamento das eleições presidenciais e a anulação da Constituição de 1934.

Na verdade, o plano foi realizado pelo capitão integralista e aliado de Vargas, Olímpio Mourão Filho (1900-1972), e utilizado pelo governo para justificar o estado de sítio e inaugurar o Estado Novo.

Estado Novo (1937-1945)



Trabalhadores homenageiam Getúlio Vargas na Esplanada do Castelo, em 1940, no Rio de Janeiro

O Estado Novo é lembrado pela História de maneira contraditória.

O Estado Novo é considerado o período mais repressivo e ditatorial da Era Vargas, quando é proclamada a nova Constituição de 1937. Ao mesmo tempo é lembrado como uma época dourada onde os direitos trabalhistas foram criados.

A nova Carta Magna extinguiu os partidos políticos, instituiu o regime corporativo e acabou com a independência entre os três poderes. Por ter sido inspirada na Constituição polonesa de 1926 foi apelidada de "Polaca".

Ademais, a partir de novembro de 1937, Vargas impôs a censura aos meios de comunicação para impedir que a mídia divulgasse qualquer crítica ao governo.

Em 1938, indignados com o rumo centralista que tomava o governo, a Ação Integralista Brasileira planeja um golpe. Liderada por Plínio Salgado (1895-1975) e Gustavo Barroso (1888-1959), os integralistas tentam tomar o poder, mas são derrotados e seus participantes são presos ou exilados.

No plano econômico, a Era Vargas se caracteriza por medidas de nacionalização, bem como levar a cabo sua política trabalhista com a concepção da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). No âmbito legislativo, estabeleceu o Código Penal e o Código de Processo Penal.

Era Vargas e Segunda Guerra Mundial

No início Vargas era simpatizante de Hitler e Mussolini.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, o Brasil toma a decisão de manter-se neutro diante do conflito europeu.

No entanto, no governo existiam aqueles que eram a favor de apoiar o Eixo e os que desejavam se aproximar dos Aliados.

Devido à pressão americana, Getúlio Vargas decide declarar guerra à Alemanha e, posteriormente, mandar soldados para Europa e ceder uma base aérea para os americanos em Natal (RN).

Em troca, houve concessão de empréstimos e modernização do armamento do Exército brasileiro.

Fim da Era Vargas

A contradição entre lutar contra uma ditadura na Europa durante a 2ª Guerra Mundial e viver num regime ditatorial no próprio Brasil, determinou o começo do fim da Era Vargas.



Vários intelectuais, associações de estudantes e mesmo parte dos militares, começam a protestar abertamente contra o regime varguista.

No dia 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto por um golpe militar e pela U.D.N. (União Democrática Nacional), sendo conduzido ao desterro na sua cidade natal, São Borja/RS.

Manchete do jornal "A Última Hora" no dia seguinte à morte de Getúlio Vargas

Porém, em 1951, retornaria à Presidência concorrendo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Neste mandato, alcançado pelo voto popular, lança as bases para criação da Petrobras.

Nesse novo mandato, alcançado pela eleição democrática, Getúlio foi acusado de atentado à tiros contra Carlos Lacerda que resultou na morte de um oficial da aeronáutica.

Não suportando às pressões de tais acusações, Vargas suicidou-se no Palácio do Catete em 24 de agosto de 1954 com um tiro no peito. Sua carta-testamento explicava os motivos de sua decisão com uma frase célebre: "*Deixo a vida para entrar na História*".

Curiosidades sobre a Era Vargas

- Getúlio Vargas introduziu o culto a personalidade ao líder, desfiles cívicos e as grandes concentrações que o aclamavam e cantavam juntas em corais regidas, muitas vezes, por Heitor Villa-Lobos;
- A Era Vargas ficou marcada pelas leis trabalhistas como a instituição do salário mínimo, concretização das Leis do Trabalho (CLT) e da carteira de trabalho, com semana de trabalho de 48 horas e as férias remuneradas;
- Em 1931, criou o Departamento de Correios e Telégrafos;
- Em março de 1932, instituiu a Carteira de Trabalho;
- Instituiu o Código Eleitoral em 1933. Este estabeleceu o voto secreto, o voto feminino e a justiça eleitoral no país;
- Em junho de 1933, criou o Instituto do Açúcar e do Alcool;
- No começo de 1934, criou o Código Florestal;
- Criou a Hora do Brasil no rádio em 1935;
- Ensino primário integral, obrigatório e gratuito. Ensino religioso facultativo nas escolas públicas;
- Em janeiro de 1936, sancionou a lei que subordinou as polícias militares dos estados ao Exército Brasileiro;
- CRIOU O SESC, SESI, SENAI;
- Fundou, em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional;
- Criou, em 1942, a Companhia Vale do Rio Doce;
- Criou, em 1944, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial,
- Em maio de 1943, sancionou a lei que estabeleceu a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho):

- *criação do salário mínimo e da carteira de trabalho;*
- *jornada diária de 8 h;*
- *direito a férias anuais remuneradas;*
- *descanso semanal e direito à previdência social;*
- *regulamentação do trabalho do menor e da mulher;*
- *décimo terceiro salário;*
- *salário família, para quem recebe um salário de até R\$ 586,19 para ajudar no sustento dos filhos de até 14 anos;*
- *obrigatoriedade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),*
- *Programa de Integração Social (Pis).*

- Em 1953, criou a Petrobrás e instituiu o monopólio estatal do petróleo (extração e refino);
- Em junho de 1952, criou o BNDE (atual BNDES);
- Através de um decreto, assinado em 1952, regulamentou o trabalho do menor aprendiz;
- Em julho de 1952, criou o Banco do Nordeste,
- Em novembro de 1953, aprovou a lei sobre liberdade de imprensa.